



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
Departamento de Economia
Curso de Bacharelado em Ciências Econômicas

Beatriz Alves Ribeiro

IMPACTO DA AUSTERIDADE FISCAL SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Brasília, DF

2023

Beatriz Alves Ribeiro

IMPACTO DA AUSTERIDADE FISCAL SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB) como requisito parcial à obtenção do grau de bacharelado em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Michael Christian Lehmann.

Brasília, DF

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por toda a força e coragem para enfrentar os desafios que me são propostos diariamente. Aos meus pais, por todo apoio e amor incondicional. À todos os meus familiares, que sempre acreditaram em mim, ao meu namorado, José, que me acompanhou desde o início deste projeto e por todo o suporte dado, às minhas amigas, em especial a Yasmin, Natália, Juliana e Larissa, que me ajudaram durante o processo de graduação, tornando a caminhada mais fácil. Por fim, agradeço aos professores do departamento de economia da UNB por todos os ensinamentos, especialmente o meu orientador Christian Lehmann, por toda a sua ajuda em realizar este trabalho, bem como por toda a sua paciência e disponibilidade.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto da austeridade fiscal sobre o crescimento econômico. Nesse sentido, primeiramente, foram apresentadas duas teorias, teoria clássica e teoria keynesiana, com opiniões diferentes a respeito das medidas de austeridade com o intuito de avaliar os possíveis impactos sobre o crescimento da economia de acordo com cada teoria. Depois, foi feita uma regressão pelo método de efeitos fixos utilizando dados em painel obtidos do banco de dados do banco mundial e tendo a taxa de crescimento do PIB como variável dependente e os gastos do governo como variável independente. Os resultados obtidos acusam que um aumento nos gastos do governo causa uma diminuição na taxa de crescimento do PIB, sugerindo então que uma política de austeridade baseada na diminuição de gastos possui um impacto positivo sobre o crescimento econômico, corroborando com a teoria clássica.

Palavras-chave: Austeridade Fiscal; Crescimento Econômico; Efeitos Fixos; Gastos do Governo.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the impact of fiscal austerity on economic growth. In this sense, first, two theories were presented, classical theory and Keynesian theory, with different opinions about austerity measures in order to evaluate the possible impacts on the growth of the economy according to each theory. Then, a regression was made by the fixed effects method using panel data obtained from the world bank database and with the GDP growth rate as a dependent variable and government spending as an independent variable. The results show that an increase in government spending causes a decrease in the GDP growth rate, suggesting that an austerity policy based on declining spending has a positive impact on economic growth, corroborating the classical theory.

Keywords: Fiscal Austerity; Economic Growth; Fixed Effects; Government Spending.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	TEORIA ECONÔMICA	8
2.1	Clássica	8
2.2	Keynesiana	14
3	METODOLOGIA	18
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
5	CONCLUSÃO	23
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24
	APÊNDICE	26

1 INTRODUÇÃO

Na economia, o termo austeridade refere-se a um conjunto de políticas fiscais ou orçamentais que são implementadas com o intuito de controlar a dívida do setor público e, conseqüentemente, promover o crescimento econômico. Tais políticas são pautadas na redução dos gastos públicos e no aumento de impostos. Trata-se de um tema amplamente abordado na literatura econômica, mas uma questão controversa, pois diversos autores discordam entre si a respeito dos impactos que a austeridade tem na economia e se estes são positivos ou negativos. Nesse sentido, diante da relevância do assunto, o presente trabalho tem como objetivo estudar o impacto da austeridade fiscal sobre o crescimento econômico.

Atualmente, a economia global tem passado por uma desaceleração do crescimento econômico em razão da pandemia da covid-19 e da invasão da Rússia na Ucrânia. Em diversos países o aumento da inflação, sobretudo por causa da escassez de oferta de alguns produtos e a incerteza quanto ao cenário global, tem levado a um aperto da política monetária. Além disso, em decorrência das expansões fiscais as dívidas governamentais também aumentaram bastante em vários países, deixando-os mais expostos à elevações de taxas de juros para combater a inflação e, conseqüentemente, afetando as políticas fiscais.

Dessa forma, os governantes precisam decidir como conduzir as políticas econômicas de seus países de formas eficazes. Nesse sentido, um estudo sobre o impacto da austeridade fiscal sobre o crescimento econômico é importante porque trata-se de uma medida frequentemente utilizada pelos governos como instrumento de política econômica e por isso, analisar os possíveis impactos, antes de se aplicar tal política, levando-se em conta a situação em que a economia do país se encontra, é necessário.

Existem duas teorias principais que apresentam posicionamentos divergentes a respeito do impacto das medidas de austeridade sobre o crescimento econômico: Teoria Clássica e Teoria Keynesiana. A primeira prevê que os impactos são positivos e a segunda que são negativos. Há, ainda, uma terceira teoria conhecida como Equivalência Ricardiana que acredita que as medidas de austeridade não afetam as atividades econômicas. O presente trabalho, no entanto, focará apenas nas teorias clássica e keynesiana.

Segundo os clássicos, o papel do Estado numa economia é desnecessário. Para eles, a liberdade de mercado é a forma mais eficaz de regular a economia, enquanto que uma intervenção do governo, principalmente por meio do aumento dos gastos, é considerada prejudicial. Logo, nesta teoria, medidas de austeridade são bem vistas. Já na teoria Keynesiana o Estado é visto como uma figura importante, uma vez que, segundo a teoria, o mercado por si só não é capaz de gerar continuamente o nível de demanda agregada capaz de sustentar o pleno

emprego e, portanto, necessita do apoio do governo. Logo, as medidas de austeridade são consideradas negativas.

Para o cumprimento do objetivo proposto, foi realizada uma análise econométrica no software *Stata* a partir de um modelo de efeitos fixos contendo a taxa de crescimento do PIB como variável dependente e o gasto do governo como variável independente. Com o objetivo de reduzir o viés de variável omitida foi acrescido um vetor de variáveis de controle composto pelas variáveis de população e PIB dos países. Foram analisados 197 países ao longo de 61 anos, desde 1960 até 2021.

Os resultados mostram uma correlação negativa entre o aumento do gasto do governo e a taxa de crescimento do PIB. Na regressão sem as variáveis de controle um aumento de 1% nos gastos implica em uma redução de 0,009 pontos percentuais na taxa de crescimento do PIB, e com a presença das variáveis de controle um aumento de 1% nos gastos do governo reduz a taxa de crescimento do PIB em aproximadamente 0,034 pontos percentuais. Dessa forma, os resultados sugerem que, ao invés de aumentar, o governo deve reduzir os gastos e, portanto, a política de austeridade tem um impacto positivo sobre o crescimento econômico.

Além desta introdução, o trabalho conta com a seção 2 que compreende uma revisão mais detalhada da teoria econômica sobre o tema, a seção 3 que apresenta a metodologia que foi utilizada, seção 4 os resultados e discussões e, por fim, a seção 5 que apresenta a conclusão.

2 TEORIA ECONÔMICA

2.1 Clássica

Em meados do século XVIII, iniciava, na Inglaterra, a Revolução Industrial, causando enormes mudanças na economia e na sociedade da época. É nesse contexto que surge o pensamento econômico clássico, cujas ideias principais são: a defesa da intervenção mínima do governo na economia e do pensamento econômico de auto interesse. Essas ideias não foram limitadas apenas à Inglaterra, mas se difundiram por vários países e apesar de muitos não concordarem elas são discutidas até os dias de hoje e é reconhecida a importância e contribuição que tiveram na economia.

Atualmente, o conjunto dessas ideias corresponde à Escola Econômica Clássica, considerada a primeira escola moderna do pensamento econômico. O marco inaugural é a publicação, em 1776, da obra “A Riqueza das Nações” pelo economista escocês Adam Smith, principal teórico da economia clássica. Além de Smith, outros economistas clássicos são: David Ricardo, Thomas Malthus, Stuart Mill e Jean Baptiste Say. O presente trabalho, no entanto, terá como foco as ideias de Smith, Ricardo e Say para embasar a discussão da austeridade e seus impactos sobre o crescimento econômico.

A teoria econômica clássica defende um modelo político e econômico baseado no “*laissez-faire*” (“deixe fazer”), uma expressão usada em defesa da intervenção mínima do governo. Para os clássicos, a busca do lucro e a motivação do interesse econômico próprio guiam os indivíduos em suas atividades econômicas e dessa forma eles conseguem alcançar os melhores resultados possíveis para a sociedade. Segundo Smith (1996, p. 438), “cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade” e,

[...] orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. (SMITH, 1996, p. 438)

O indivíduo age então de modo involuntário, guiado por uma mão invisível, em nome do interesse maior da sociedade e assim, tal como afirma Smith (1996), na busca pelos seus interesses particulares, as pessoas muitas vezes atendem o interesse da sociedade de maneira muito mais eficaz do que quando pretendem realmente promovê-lo.

Dessa forma, ao deixar o mercado funcionar livremente a economia tende, no longo prazo, a se ajustar às mudanças no cenário econômico sendo o papel do Estado desnecessário ou mesmo nocivo, devendo ser reduzido a resolver casos de externalidades negativas. Ou seja, “a liberdade de mercado é o melhor meio de regular as economias” (MOLLO, 2015, p. 3). A ideia é que, do ponto de vista monetário, para gastar mais do que arrecada, o Estado precisa

emitir moeda. Um incentivo monetário pode, a curto prazo, estimular a atividade econômica, mas, a longo prazo, tende a aparecer como inflação ou se dissipar sem afetar as variáveis (BLYTH, 2013), resultado conhecido como neutralidade da moeda a longo prazo. A inflação aparece porque, uma vez que o governo aumenta a quantidade de dinheiro na economia, a demanda por bens e serviços aumenta, entretanto, a oferta não reage na mesma velocidade. Logo, a consequência esperada é o aumento dos preços.

No que diz respeito à política fiscal, a teoria clássica afirma que é preciso reduzir os gastos do Governo. De acordo com Mollo (2015), se o Estado se endivida, a taxa de juros tende a subir e isso desestimula investimentos privados. Dessa forma, os investimentos públicos aumentam, mas os privados diminuem, pois agora o setor público está exigindo mais recursos para empréstimos e, portanto, reduzindo os recursos para investimentos no setor privado. Consequentemente, o efeito líquido quantitativo sobre a economia é nulo, efeito conhecido como *crowding out*. Do ponto de vista qualitativo, os clássicos acreditam que os governos são ineficientes e que o melhor é que os investimentos sejam feitos pelo setor privado (MOLLO, 2015).

Além do pressuposto do *laissez-faire*, a teoria econômica clássica apresenta outros quatro supostos principais: a existência de preços e salários sempre flexíveis, a inexistência do entesouramento, que em outras palavras significa que as pessoas não guardam dinheiro, a aceitação da lei de Say, segundo a qual a oferta cria a sua própria demanda, e a ideia da teoria quantitativa da moeda. De acordo com os clássicos, a junção desses supostos resultaria numa situação de equilíbrio de longo prazo com pleno emprego na economia, ou, segundo Bresser-Pereira (1976, p. 10), “a impossibilidade de haver crises de longa duração, indefinidas, de subconsumo ou superprodução.”

O primeiro suposto, da existência de preços e salários flexíveis, afirma que os preços e os salários se ajustam de acordo com as mudanças no cenário econômico e assim o pleno emprego é garantido sem a necessidade de intervenção do governo. A ideia é que quando há uma queda na oferta agregada, levando à redução da atividade econômica e ao desemprego, os salários dos trabalhadores sofrem uma redução e consequentemente os preços das mercadorias caem devido à queda na demanda pelos bens e serviços causada pela redução dos salários. Com a queda nos preços das mercadorias, a demanda volta a aumentar, bem como a produção e assim, o pleno emprego é restabelecido, sem nenhuma intervenção do governo.

Segundo Gremaud et al. (1997), considerando um mercado de trabalho em concorrência perfeita, isto é, com um grande número de ofertantes e demandantes, sempre que houver excesso de oferta de trabalho, ou seja, quando o número de horas de trabalho oferecidas pelos

trabalhadores é maior do que o demandado pelas empresas, caracterizando uma situação de desemprego, o salário real sofrerá uma queda devido à concorrência entre trabalhadores para conseguir emprego. Por outro lado, sempre que houver um excesso de demanda por trabalho, ou seja, oferta de trabalho pelas empresas maior do que a quantidade de trabalhadores, o salário real sofrerá um aumento devido à concorrência entre as firmas para conseguir trabalhadores. Isso irá garantir que o mercado atinja o nível de salário real com pleno emprego. Assim, é possível obter mais uma conclusão do pensamento clássico: a de que não existe desemprego involuntário na economia, pois todos aqueles que estiverem dispostos a trabalhar obterão emprego, uma vez que o mercado de trabalho se ajusta até a obtenção do equilíbrio de pleno emprego.

O segundo suposto é o de que o entesouramento não existe porque as pessoas não guardam dinheiro, ou seja, a moeda não é utilizada para fins de entesouramento. Para os clássicos, tal como David Ricardo e Jean Baptiste Say, a moeda é apenas um meio de troca e, portanto, as pessoas só teriam interesse em mantê-la em seu poder quando dela precisassem para realizar suas transações (BRESSER-PEREIRA, 1976). O ato de entesourar, como conservar o dinheiro em forma líquida, nos bancos ou debaixo do colchão, seria, portanto, considerado irracional, uma vez que ao fazer isso o capitalista estaria perdendo os juros que poderia receber se tivesse aplicado seu dinheiro em ativos fixos ou em títulos (BRESSER-PEREIRA, 1976).

Segundo Ricardo (1996, p. 211), “os produtos sempre são comprados com outros produtos ou com serviços. O dinheiro é apenas o meio pelo qual se efetua a troca”. Ou seja, as pessoas produzem com o intuito de consumir ou vender e, as vendas são efetuadas sempre com a intenção de comprar outras mercadorias que possam, imediatamente, serem utilizadas ou que possam contribuir para a produção futura (RICARDO, 1996). A produção permite, portanto, de acordo com Ricardo (1996), que o indivíduo se torne consumidor de seus produtos ou que compre e consuma os produtos de outros indivíduos.

Então, para a teoria econômica clássica, a moeda não possui nenhuma importância analítica, a não ser funcionar como um meio de troca. Daí também, por causa desse suposto da não existência do entesouramento não existir crises gerais de superprodução. Desequilíbrios setoriais até poderiam acontecer, mas rapidamente seriam corrigidos pelo próprio mercado, tornando a superprodução geral algo incabível.

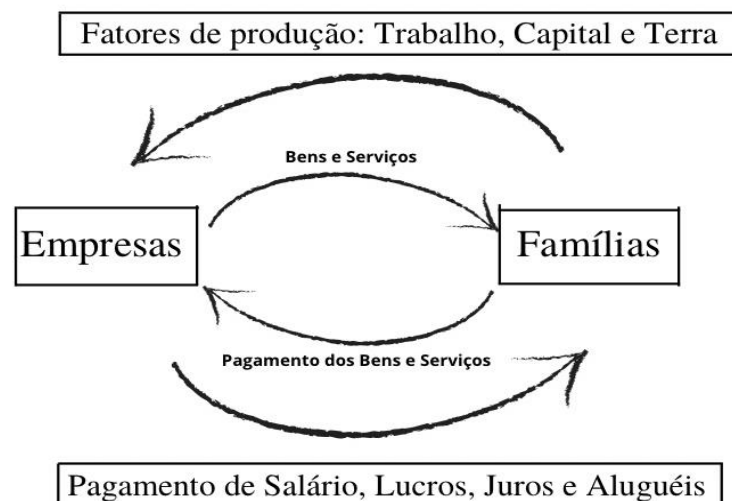
De acordo com Say (1983) assim que um produto é criado, ele cria um mercado para outros produtos. Logo, uma vez que o entesouramento não existe, o valor total dos produtos ofertados se igualaria ao valor total dos produtos demandados, ou seja, a oferta cria sua própria

demanda, expressão conhecida como lei de Say. A ideia é que o próprio processo produtivo, à medida que produz os bens e serviços, é responsável por pagar os salários, lucros e rendas da terra ou aluguéis, e, são esses rendimentos que permitem a compra de mercadorias. Ou seja, o próprio processo produtivo ou a oferta, cria a demanda e isso significa que não sobram mercadorias sem conseguir ser vendidas, excluindo-se assim a possibilidade de crises de superprodução.

Sendo assim, o suposto da inexistência do entesouramento é fundamental para que o suposto da lei de Say seja válido. Isso porque, caso o entesouramento exista, o dinheiro que ficou parado deixa de recomprar bens e serviços e estes acabam sobrando. Com isso, há uma redução na produção e conseqüentemente um aumento no nível de desemprego, ocasionando uma redução na demanda. A falta de demanda, por sua vez, leva a mais produtos sobrando nos mercados, fazendo com que os preços caiam e o resultado é uma crise econômica: pessoas desempregadas, empresários que não conseguem obter uma taxa de lucro suficiente para continuar produzindo e então, as produções param. Logo, o entesouramento rompe com a lei de Say pois elimina a possibilidade de dizer que a oferta cria sua própria procura porque ela demora a criar e isso leva a um problema que se espalha pela economia.

A lei de Say pode ser representada pela seguinte figura, na qual a sociedade é dividida entre famílias e empresas:

Figura 1 - Fluxo Circular da Renda



Fonte: adaptado de <<http://www.souzaaranhamachado.com.br/2007/01/grandes-economistas-jean-baptiste-say/>>. Acesso em: 24 set. 2022.

A economia funcionaria então como uma interação entre dois fluxos: o fluxo externo, no qual as famílias, bem como os capitalistas e os donos de terras oferecem às empresas os fatores de produção (trabalho, capital e terra), e, as empresas remuneram esses fatores de produção por meio de salários para os trabalhadores, lucros para os capitalistas e juros e aluguéis para aqueles que oferecem outros recursos, tal como terras e dinheiro emprestado. E, o fluxo interno, no qual as famílias a partir da remuneração que recebem pelos fatores de produção, pagam pelos bens e serviços que são oferecidos pelas empresas. Isso mostra que há um circuito de renda que se auto mantém.

Então, quando a lei de Say é aceita significa dizer que o mercado funciona de forma eficiente no sentido de garantir que os bens e serviços sejam ofertados e demandados e, portanto, todos os mercados ficam equilibrados, ou seja, os mercados são autorreguladores. Nesse sentido, o papel do Estado é desnecessário ou até mesmo nocivo, pois se os mercados estiverem funcionando corretamente, a interferência do governo pode gerar problemas na regulação.

Por fim, o quarto suposto é o da teoria quantitativa da moeda. Antes de apresentar as conclusões da teoria, é importante primeiramente explicar algumas hipóteses que são fundamentais para a aceitação da teoria quantitativa da moeda. Tais hipóteses são: primeira, a velocidade de circulação da moeda é constante e possível de ser calculada. De acordo com Bresser-Pereira (1976, p. 14),

As variações da velocidade da moeda seriam passageiras, eventuais, causadas principalmente por variações na quantidade de moeda oferecida pelo sistema bancário, sem que houvesse tempo de repercutir sobre a renda. Mas, fora destes casos transitórios, que logo tenderiam para o equilíbrio, a velocidade-renda da moeda será constante.

A segunda hipótese é a de que a moeda é exógena, no sentido de que ela é controlável e controlada pela autoridade monetária. E terceira, a hipótese de que a moeda é neutra, isto é, não possui impactos sobre a renda real ou sobre a produção geral. Qualquer aumento de moeda só teria impacto sobre o nível de preços e não sobre a quantidade produzida. Por fim, para que essas hipóteses sejam verdadeiras é fundamental a aceitação do suposto da inexistência do entesouramento. Caso contrário, se o entesouramento existir, a velocidade de circulação de moeda será instável, pois quando as pessoas entesouram elas retiram quantidade de moeda da economia e, portanto, a velocidade de circulação precisa crescer para compensar essa retirada de moeda. Por outro lado, quando as pessoas colocam a moeda de volta na economia, a quantidade de dinheiro vai ser maior e isso provoca uma redução na velocidade de circulação

da moeda. Então, para dizer que a velocidade é estável, é necessário que o entesouramento seja irracional.

Além do mais, se o entesouramento acontece, a autoridade monetária não consegue controlar a moeda, ou seja, a moeda não é mais exógena e sim endógena, pois será determinada tanto pela autoridade quanto pelo entesouramento das pessoas. Nesse sentido, a segunda hipótese é prejudicada. Ademais, a moeda também deixa de ser neutra, uma vez que esse entesouramento prejudica as compras e vendas e acaba afetando a economia real.

A partir dessas hipóteses, têm-se as conclusões da teoria quantitativa da moeda: se a velocidade de circulação da moeda é constante e se a moeda é neutra, o único efeito esperado quando há um aumento de dinheiro na economia é um aumento proporcional do nível geral de preços. E depois, como a moeda é exógena e o governo é quem controla a autoridade monetária é ele o responsável pelo aumento de preços, ou seja, pela inflação. Isso é a teoria quantitativa da moeda, que é aceita porque o entesouramento é considerado irracional. Ao aceitá-la, os economistas clássicos estão afirmando que não se pode usar a política monetária como forma de estimular o crescimento, pois a moeda é supostamente neutra e o único efeito realmente esperado é o aumento no nível de preços.

Para os clássicos, a dívida governamental é uma coisa má e difícil de ser controlada. Logo, para resolver o problema da dívida deveria ser adotado o princípio da austeridade (BLYTH, 2013). Uma vez que a poupança leva ao investimento, não existem defasagens nem perdas de rendimento, nem é possível a acumulação ou a incerteza. Por conseguinte, a poupança é boa, enquanto que a dívida não. Seguindo a ideia de Smith, poupar seria uma virtude e gastar, um vício (BLYTH, 2013).

Smith reconhece a necessidade do Estado para resolver certas questões, tal como fornecer defesa externa, justiça e apoio para os trabalhadores. O problema é que para financiar o governo a resposta é dívida governamental, uma resposta que não agrada os clássicos em geral. Para Blyth (2013), o problema de Smith com a dívida é que os Estados não são poupadores por natureza.

Em suma, o dinheiro fácil oferecido por meio da compra de dívida governamental subverte a poupança, a máquina de crescimento e o progresso. É por isso que se deve resistir à dívida governamental e se deve abraçar a austeridade, para poupar. (BLYTH, 2013, p. 136)

David Ricardo é ainda mais radical do que Smith. De acordo com Blyth (2013), na visão de Ricardo, as tentativas do Estado em corrigir a situação dos pobres, em vez de tornar os pobres ricos, tornam o rico pobre. Logo, o Estado não possui nenhum papel positivo na economia devendo, portanto, ser evitado. De modo geral, os teóricos clássicos acreditam que a ação dos

governos deve ser mínima e que os Estados devem poupar ao invés de gastar. Ou seja, os governos devem adotar o princípio da austeridade.

São esses alguns argumentos que levam os economistas clássicos a afirmar que a austeridade é o melhor caminho para o crescimento econômico. Trata-se, então, de pedir a redução dos gastos dos governos, que tais economistas acreditam que são ineficientes para expandir o nível real de renda (MOLLO, 2015).

2.2 Keynesiana

O pensamento econômico keynesiano, por sua vez, surge a partir da década de 1930, após a crise de 1929, conhecida como a grande depressão transformar o cenário econômico global. O modelo de Estado até então era majoritariamente baseado na política do *laissez-faire*. Ou seja, o Estado não deveria intervir na economia, a não ser para proteger a vida e a propriedade privada e para manter a liberdade econômica (BRUE, 2006). Para os clássicos, a economia deveria ser guiada pelo livre mercado, pela iniciativa privada e pela intervenção mínima do governo (SMITH, 1996).

Com o advento da crise de 1929, as economias de vários países entraram em colapso. O nível de desemprego aumentou e as pessoas e as empresas diminuíram o consumo e os investimentos. O sistema econômico estava abalado e a política do *laissez-faire* parecia não funcionar mais. Com isso, os economistas tiveram que buscar novas estratégias para enfrentar os desafios econômicos e a resposta veio com o economista John Maynard Keynes. Diferente dos economistas clássicos, Keynes verificou que o sistema econômico capitalista estava longe de assegurar automaticamente o pleno emprego e o crescimento econômico como afirmava a teoria econômica vigente (BRESSER-PEREIRA, 1976). De fato, ele percebeu que as condições que permitiram um desenvolvimento econômico baseado no *laissez-faire* haviam desaparecido (BRESSER-PEREIRA, 1976).

Segundo Keynes, o mercado por si só é incapaz de gerar continuamente o nível de demanda agregada capaz de sustentar o pleno emprego e a plena utilização da capacidade produtiva existente (CARVALHO, 2008) uma vez que o sistema capitalista é complexo e instável, passível de crises e com tendência ao desemprego. Além disso, as decisões econômicas e principalmente as decisões de investimento são permeadas por incertezas, pois não é possível prever ou fazer um cálculo de probabilidade para saber o que ocorrerá, mas apenas fazer conjecturas a respeito do que se espera ganhar ao investir (MOLLO, 2015).

Como não é possível calcular a rentabilidade estimada do investimento, a disposição de empresários de produzir e investir depende de fatores subjetivos, do otimismo ou pessimismo

dos agentes econômicos e do grau de confiança das previsões de demanda (MOLLO, 2015). Se as expectativas forem boas, há um estímulo para investir. Caso contrário, se as previsões apontarem para uma redução de demanda, os empresários irão preferir poupar seus recursos monetários ao invés de investir, fazendo com que o nível de atividade econômica caia e o desemprego aumente. Portanto, o investimento é uma decisão volátil e por isso, a renda e o emprego tendem a sofrer flutuações constantemente.

Nesse sentido, Keynes percebeu que o Estado possui um papel importante na economia. Para ele, em situações de crise econômica e instabilidade é difícil para um país crescer porque a demanda agregada é insuficiente visto que a capacidade de operação das empresas diminui e o desemprego aumenta. Portanto, é necessário estimular a demanda de alguma forma para que a atividade econômica possa voltar à ativa. Como os níveis de consumo e de investimento nessas situações são baixos, é necessário fazer uma compensação aumentando os gastos. Entretanto, uma vez que a iniciativa privada não é capaz de gastar mais, Keynes concluiu que o Estado deveria intervir com o objetivo de complementar os gastos privados, aumentar a confiança dos agentes econômicos para fazê-los investir e assim, ajudar a economia a voltar a crescer. Logo, a ação do Estado deveria complementar a ação do sistema capitalista, corrigindo os defeitos que o mercado sozinho não seria capaz de corrigir (KEYNES, 1996). Segundo Keynes, o sistema capitalista sem a presença do Estado seria vítima de suas próprias crises, uma vez que o capitalismo é um sistema instável. Devido à essa instabilidade, a intervenção estatal seria o único meio de retomar o crescimento econômico e reaquecer a economia estagnada (KEYNES, 1996)

Dessa maneira, o Estado deveria estimular a demanda agregada via políticas monetária e fiscal. Com a política monetária o governo reduz a taxa de juros, que por sua vez, estimula o investimento e, conseqüentemente, a produção, o emprego e a renda. Por esse motivo é que a teoria keynesiana critica as taxas de juros altas. Elas inibem o investimento, aumentam o desemprego e desestimulam a produção, impedindo até a diminuição da inflação a médio prazo (MOLLO, 2015). Nesse sentido, o controle monetário feito pelo Estado é importante por assegurar o sistema capitalista, mantendo os fluxos de investimentos (GUIMARÃES, 2021).

Entretanto, a existência da incerteza pode influenciar de uma forma que, mesmo o Estado baixando a taxa de juros, a expectativa de ganho seja menor (MOLLO, 2015). Nesse caso, ao invés de investir, as pessoas irão preferir reter moeda visto que ela é o ativo mais líquido da economia e pode protegê-los contra a mencionada incerteza. Dessa forma, o governo deve adotar a política fiscal agindo diretamente sobre a demanda através de seus gastos. Com isso, ele estaria contribuindo com o aumento do emprego e da renda, uma vez que o

investimento público tende a deixar os investidores mais otimistas, alterando suas expectativas de ganho e levando-os a investir mais nos ciclos de produção seguintes (MOLLO, 2015).

Ou seja, de acordo com a teoria keynesiana em um sistema capitalista que tende a ser instável e permeado por incertezas que afetam negativamente as decisões das pessoas de investir, o Estado seria o único com poder e recursos para reverter essa situação e alterar as expectativas de ganho dos investidores, fazendo-os se sentirem mais confiantes para voltar a investir e contribuindo assim com a iniciativa privada e com o desenvolvimento da economia.

Nesse sentido, uma política de austeridade baseada no aumento de impostos e principalmente no corte de gastos do governo, não seria uma boa estratégia a se adotar. A redução dos gastos significaria impedir a realização de investimentos públicos para a recuperação da economia, contribuindo assim com o aumento do desemprego e consequentemente com a queda na renda, na demanda e na produção. Além disso, o aumento dos impostos resultaria numa redução dos investimentos privados. Portanto, para Keynes, o correto seria o governo aumentar os gastos e reduzir os impostos para estimular os investimentos privados.

Segundo a teoria keynesiana, um incentivo monetário implica taxas de juros mais baixas que estimulam o investimento e, com ele, a produção e o emprego e, assim, aumenta o crescimento econômico dos países (MOLLO, 2015). O investimento seria então, para Keynes, a decisão mais importante na economia, pois quando ele aumenta, ele também aumenta de forma multiplicada a renda e o emprego. Sendo assim, o governo deve gastar porque gastando ele está gerando renda e essa renda se multiplica em novas rendas, expandindo a atividade econômica.

Com o aumento da renda, a demanda também aumenta. Nessa circunstância, quando os consumidores passam a demandar mais bens do que os disponíveis no mercado, os preços tendem a se elevar, gerando mais lucro e induzindo novos fornecedores a entrar no mercado e produzir uma quantidade equivalente àquela demandada. Então, para a teoria keynesiana, é a demanda que cria a oferta, diferente da teoria clássica que acredita na lei de Say, segundo a qual a oferta cria a sua própria demanda.

Dessa forma, o Estado seria essencial para evitar o colapso do sistema econômico, aumentar o incentivo a investir e cooperar com a iniciativa privada, garantindo o pleno emprego e o bem-estar econômico da sociedade em geral (KEYNES, 1996).

Sendo assim, a teoria keynesiana diverge da teoria clássica porque para os economistas clássicos o Estado não deve intervir na economia, mas sim deixar o mercado agir livremente. Para eles, o pleno emprego seria garantido pelo livre mercado através das interações entre os

produtores e consumidores, de modo que, nestas circunstâncias, a ação do governo aparece como desnecessária, contraproducente e até irracional (DATHEIN, 2002). Segundo os clássicos, a única consequência esperada de um aumento dos gastos do governo seria a inflação, uma vez que a moeda é considerada neutra. Para a teoria keynesiana, no entanto, a moeda tem importância analítica, visto que ela tem o poder de estimular de forma duradoura o crescimento da produção, da renda e do emprego. Logo, para Keynes, a moeda não é neutra.

Além disso, segundo a teoria keynesiana, a moeda é um meio de acumular riqueza e também é importante como garantia contra incertezas do futuro. Quanto maior for a incerteza, maior será a preferência das pessoas para poupar. Portanto, o ato de entesourar não é irracional para a visão keynesiana, pois fazendo isso as pessoas estariam se precavendo contra problemas maiores no futuro. Nesse sentido, como o entesouramento existe, a moeda deixa de ser exógena e passa a ser endógena, uma vez que não é mais controlada apenas pela autoridade monetária.

3 METODOLOGIA

Para estudar o impacto da austeridade fiscal sobre o crescimento econômico, foi estimado um modelo levando-se em conta a relação entre um aumento no gasto do governo e a taxa de crescimento do PIB. Segue abaixo o modelo:

$$Growth_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln_Govexp_{it} + \beta_2 \ln X_{it} + \Theta_i + \Theta_t + \varepsilon_{it}$$

Onde $Growth_{it}$ é a variável dependente que representa a taxa de crescimento do PIB no país i no ano t . \ln_Govexp_{it} é a variável explicativa que representa o logaritmo da despesa de consumo final do governo e X é o vetor de variáveis de controle, composto pelas variáveis de população e PIB dos países. Θ_i e Θ_t são os efeitos fixos do país e do ano. As variáveis de controle são inseridas no modelo porque apesar do interesse da pesquisa ser o estudo do impacto causal do gasto do governo sobre a taxa de crescimento econômico é possível existir outras variáveis que são correlacionadas tanto com a despesa, quanto com o crescimento.

Por exemplo, o tamanho da população é importante para o crescimento da economia porque está associado a possibilidade de aumentar inovação tecnológica através de novas ideias que trazem consigo mais produtividade e bem-estar econômico (NAZARENO, 2018). Uma população maior gera mais mão de obra e com isso, um aumento na produção. Por outro lado, um aumento da população por si só pode não ser o bastante para afetar positivamente o crescimento, pois é necessário levar outros fatores em consideração, tal como o nível de educação dessa população, qualificação da mão de obra, condições de saúde, dentre outros. Assim, um aumento isolado da população pode aumentar os gastos do governo.

Já o PIB é considerado o principal indicador de crescimento econômico de um país. Geralmente, um aumento no PIB tem um impacto positivo no crescimento econômico, pois indica que a população está produzindo mais e conseqüentemente, gerando mais renda e consumindo mais. Quanto aos gastos do governo espera-se que quando haja um aumento no PIB, a arrecadação de receita do governo aumente, possibilitando um aumento nos gastos.

Um estudo mais aprofundado poderia inserir outras variáveis de controle e deixar a análise ainda mais minuciosa, como por exemplo a adição de uma variável de nível de educação ou da taxa de participação na força de trabalho. No entanto, em um modelo de efeitos fixos, como o que foi utilizado no presente trabalho, a adição de mais variáveis explicativas à regressão provoca poucas alterações no resultado (WOOLDRIDGE, 2010). Logo, este estudo se limitou à análise da população e do PIB.

O conjunto de dados coletados foram dispostos no formato de dados em painel, um modelo no qual acompanhamos os mesmos países ao longo do tempo. Foram analisados 197

países que vão desde os mais pobres e menos desenvolvidos até os mais ricos, ao longo de 61 anos, desde 1960 até 2021.

A estimação do modelo foi feita primeiramente pelo método de efeitos fixos que utiliza uma transformação para remover algum efeito fixo não observado que possa influenciar alguma alteração no resultado da correlação entre a variável explicativa e a variável dependente.

Entretanto, a existência de uma causalidade reversa entre o gasto do governo e a taxa de crescimento do PIB foi considerada como um problema de interpretação dos resultados da regressão, pois da mesma forma que as despesas do governo afetam o crescimento econômico, o crescimento também pode afetar os gastos.

Para contornar o problema, foi estimada novamente a regressão pelo método de efeitos fixos, dessa vez adicionando uma defasagem temporal na variável de despesa do governo a fim de analisar o impacto do gasto em $t-1$ sobre o crescimento em t , ou seja, o impacto do gasto do governo ontem sobre o crescimento econômico hoje. Isso diminui o problema da causalidade reversa, pois o gasto no passado pode afetar o crescimento hoje, mas o crescimento no presente não pode afetar o gasto no passado.

A tabela a seguir apresenta as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no modelo.

Tabela 1 - Estatísticas Descritivas

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Growth	12.423	3,68	5,79	- 64,04	149,97
ln_govexp	10.432	22,50	2,95	15,25	30,34
ln_population	16.387	15,71	3,06	7,94	22,78
ln_pib	13.118	23,87	3,06	15,99	32,19

Fonte: elaboração própria.

Os dados utilizados foram retirados do banco de dados do site do Banco Mundial.¹

¹ <https://data.worldbank.org/indicator>

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do aumento do gasto do governo sobre a taxa de crescimento do PIB estão reportados na tabela 2 abaixo. A coluna (1) apresenta os resultados da regressão sem as variáveis de controle e as colunas (2) e (3) apresentam respectivamente os resultados com a inclusão da variável população e da variável PIB. O p-valor é ilustrado pelos (***) , sendo que (***) representa um nível de significância de 1%, (**) um nível de significância de 5% e (*) representa um nível de significância de 10%. O erro padrão encontra-se em parênteses abaixo do valor do coeficiente.

Tabela 2 – Resultados do aumento do gasto do governo sobre a taxa de crescimento do PIB

Variável	(1)	(2)	(3)
ln_govexp	- 0,882*** (0,125)	- 0,883*** (0,125)	- 3,377*** (0,221)
ln_population		- 1,002*** (0,359)	- 1,602*** (0,359)
ln_pib			3,647*** (0,267)
EF para país	SIM	SIM	SIM
EF para ano	SIM	SIM	SIM
R^2	0.0402	0.0079	0.0220
Obs.	10.023	10.021	10.021

Fonte: Elaboração própria.

Na regressão da coluna (1), o coeficiente da variável de despesa do governo da ordem de - 0,882 apresenta um p-valor de 0.000, como se pode interpretar através da ilustração (***), o que significa que a variável é estatisticamente significativa a 1% (p-valor < 0.01) e, portanto, permite a rejeição da hipótese nula de que o gasto do governo não afeta o crescimento do PIB.

Na regressão da coluna (2), com a variável população já adicionada, e no modelo completo da coluna (3), com todas as variáveis de controle (população e PIB), o coeficiente de *govexp* permanece estatisticamente significativa a um nível de significância de 1%, permitindo novamente rejeitar a hipótese nula.

No geral, os resultados apontam para uma correlação negativa entre o aumento do gasto do governo e o crescimento econômico. Por exemplo, na regressão da coluna (3), um aumento de 1% na despesa do governo diminui a taxa de crescimento do PIB em aproximadamente 0,034 pontos percentuais. Esse resultado contradiz a teoria Keynesiana, pois para ela a ação do Estado

de aumentar a despesa deveria gerar mais crescimento e não o contrário. Nesse sentido, os resultados corroboram com a teoria clássica e sugerem que as políticas de austeridade, tal como a contenção de gastos devem ser adotadas pelos governos como forma de estimular o crescimento econômico.

A tabela 3 mostra os resultados da regressão com defasagem temporal de 1 ano na variável *govexp*. A correlação entre o coeficiente de despesa do governo e a taxa de crescimento do PIB continua negativa e significativa e agora, o impacto negativo de um aumento do gasto do governo sobre o crescimento econômico é maior. Por exemplo, na regressão da coluna (3) um aumento de 1% no gasto do governo diminui a taxa de crescimento do PIB em 0,054 pontos percentuais.

Tabela 3 – Aumento do gasto do governo em t-1 sobre a taxa de crescimento do PIB em t

Variável	(1)	(2)	(3)
11.ln_govexp	- 2,090*** (0,122)	- 2,090*** (0,121)	- 5,387*** (0,178)
ln_population		- 0,869** (0,353)	- 1,732*** (0,344)
ln_pib			5,350*** (0,218)
EF para país	SIM	SIM	SIM
EF para ano	SIM	SIM	SIM
R^2	0.0117	0.0041	0.0295
Obs.	9.996	9.994	9.993

Fonte: Elaboração própria.

Fazendo um teste adicionando uma defasagem temporal ainda maior na variável de gastos é possível ver que a correlação entre despesa do governo e a taxa de crescimento do PIB continua negativa e significativa, corroborando de fato com a teoria clássica. Os resultados estão expressos nas tabelas A1 e A2 no apêndice.

Analisar essa causalidade é interessante por causa da noção de curto e longo prazo. Segundo a ideia da ótica keynesiana, no curto prazo, um aumento nos gastos gera mais crescimento econômico. Entretanto, os resultados do presente trabalho apontam que tanto no curto prazo quanto no longo o impacto de um aumento do gasto do governo sobre o crescimento

do PIB é negativo, sugerindo que as medidas de austeridade são favoráveis para o crescimento econômico e podem ser adotadas pelos governos.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho se propôs a estudar o impacto das medidas de austeridade fiscal sobre o crescimento econômico.

Mediante o cálculo da regressão da taxa de crescimento do PIB contra a despesa do governo através do método de efeitos fixos foi possível constatar uma correlação negativa entre um aumento no gasto do governo e a taxa de crescimento do PIB dos países no período de análise que vai de 1961 a 2021, sugerindo assim que o aumento dos gastos do governo implicou em uma queda na taxa de crescimento do PIB. Os resultados se mostraram estatisticamente significante, indicando que estudar o efeito dos gastos públicos é importante para o crescimento econômico em um país.

Assim, conforme os resultados uma vez que o efeito do aumento do gasto sobre a taxa de crescimento do PIB se mostrou negativo, os governos devem optar por reduzir os gastos e, portanto, na prática, a teoria econômica clássica se aplica melhor. Ou seja, a austeridade fiscal possui um impacto positivo sobre o crescimento econômico.

Nesse sentido, as políticas públicas devem se concentrar no controle dos gastos, evitando gastar mais do que o que se arrecada. Além disso, a intervenção do governo na economia deve ser mínima, sendo a ação do Estado reduzida a resolver casos de externalidades negativas, tal como sugere a teoria clássica.

O presente estudo é limitado por apresentar uma análise geral do gasto do governo. Pesquisas futuras poderiam incluir outras variáveis de controle que se relacionem tanto com os gastos quanto com o crescimento econômico e tentar analisar o impacto dos gastos em áreas específicas, como por exemplo, educação, saúde, infraestrutura, dentre outros, e observar qual o retorno para o crescimento econômico, pois pode ser que diferentes tipos de gastos tenham impactos diferentes sobre o crescimento e dessa forma é possível decidir sobre a realização dos gastos de forma mais eficaz.

Por fim, é necessário interpretar os resultados com cautela, pois é possível que o problema da causalidade reversa não tenha sido completamente resolvido com a defasagem temporal. Também é possível que existam variáveis que tenham sido omitidas e que são correlacionadas com a despesa do governo e com a taxa de crescimento do PIB e portanto, ainda pode existir endogeneidade no modelo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLYTH, M. **Austeridade: A história de uma ideia perigosa.** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

BRESSER-PEREIRA, L.C. **Da macroeconomia clássica à keynesiana.** São Paulo, abril de 1968, revisado em maio de 1976. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/1985/962a-Da-macroeconomia-classica-a-keynesiaa-1976.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

BRUE, S. **História do pensamento econômico.** 6ª ed. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CARVALHO, F. J. C. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v.26, n.50, p. 7-25, set. 2008.

DATHEIN, R. **Um esboço da Teoria Keynesiana.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ricardo-Dathein/publication/242214194_UNIVERSIDADE_FEDERAL_DO RIO GRANDE DO SUL_FACULDADE_DE_CIENCIAS_ECONOMICAS_DEPARTAMENTO_DE_CIENCIAS_ECONOMICAS_Um_Esboco_da_Teoria_Keynesiana1/links/5584466f08aef58c039b3141/UNIVERSIDADE-FEDERAL-DO-RIO-GRANDE-DO-SUL-FACULDADE-DE-CIENCIAS-ECONOMICAS-DEPARTAMENTO-DE-CIENCIAS-ECONOMICAS-Um-Esboco-da-Teoria-Keynesiana1.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

FONSECA, P. C. Clássicos, neoclássicos e keynesianos: uma tentativa de sistematização. **Revista Perspectiva Econômica**, v.11, n.30, p. 35-64, 1981.

GREMAUD, Amaury Patrick et al. Macroeconomia básica: determinação da renda nacional. *In: LOPES, L.; VASCONCELLOS, M. (org.). Manual de macroeconomia.* São Paulo: Atlas, 1997. p. 88 – 112.

GUIMARÃES, Ingrid. **O papel do Estado na economia: uma análise comparativa entre a escola Keynesiana e a escola institucionalista.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Campus Santana do Livramento, Universidade Federal do Pampa, Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/6785/1/Ingrid%20do%20Padro%20Guimar%20es%20-%202021.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2022.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MOLLO, M. D. L. R. A questão da austeridade na política econômica. *In*: BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello.; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Austeridade para quem? Balanço e perspectiva do governo Dilma Rousseff**. São Paulo: Carta Maior, 2015. p. 83-88.

NAZARENO, M. C. D. M. **O impacto populacional sobre o crescimento econômico dos BRICS**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2008.

Disponível em:

https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/1485/8/MONOGRAFIA_ImpactoPopulaciona%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 23 dez. 2022.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SAY, Jean-Baptiste. **Tratado de Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria: Uma abordagem moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

APÊNDICE

Tabela A1 - Resultados com defasagem temporal de 5 anos na variável govexp

Variáveis	Taxa de crescimento do PIB	
15.ln_govexp	-1.905***	-2.661***
	(0,118)	(0,130)
Controles	NÃO	SIM
EF	SIM	SIM
R^2	0.0155	0.0825
Obs.	9.172	9.168

Fonte: Elaboração própria

Tabela A2 – Resultados com defasagem temporal de 10 anos na variável govexp

Variáveis	Taxa de crescimento do PIB	
110.ln_govexp	- 0.985***	-1.129***
	(0,126)	(0,128)
Controles	NÃO	SIM
EF	SIM	SIM
R^2	0.0432	0.1459
Obs.	8.096	8.092

Fonte: Elaboração própria